



ELES O DESCOROARAM! *A obra-mestra de Dom Lefebvre*

Padre Olivier du Châtelet, FSSPX

O subtítulo da obra-mestra de Dom Lefebvre, *Eles O descoroaram* (Clóvis), “Do Liberalismo à apostasia, a tragédia conciliar”, oferece uma ideia geral da obra publicada pela primeira vez em 1987.

No Prefácio, Dom Lefebvre indica o objetivo que se propõe: trata-se de “clarificar a inteligência destes futuros padres sobre o mais grave e nocivo erro dos tempos modernos, e permitir-lhes fazer um julgamento, de acordo com a verdade e a fé, sobre todas as consequências e manifestações do liberalismo ateu e do catolicismo liberal.”

Com efeito, “os católicos liberais introduzem os erros liberais no interior da Igreja e nas sociedades ainda católicas.”

Existe uma “urgente necessidade para os futuros sacerdotes de conhecer este erro. Pois o católico liberal tem uma falsa concepção do ato de fé, como bem o mostra Dom Sarda (cap. VII). A fé não é mais uma dependência objetiva da autoridade de Deus, mas um sentimento subjetivo, que, em consequência, respeita todos os erros, especialmente os religiosos.”

“Louis Veuillot, em seu cap. XXIII, mostra que o princípio fundamental da Revolução Francesa, de 1789, é a independência religiosa, a secularização da sociedade e, em definitivo, a liberdade religiosa”. Por isso “longe de nós esse liberalismo, sepultura da Igreja católica.”

Divisão da obra

A obra *Eles O descoroaram* é dividida em quatro partes:

- I. O liberalismo, princípio e aplicações (14 capítulos);
- II. O catolicismo liberal (6 capítulos);
- III. O complot liberal de Satanás contra a Igreja e o papado (3 capítulos);
- IV. Uma revolução com tiara e pluvial (11 capítulos).

Seguem um anexo do cardeal Ottaviani sobre as relações entre a Igreja e o Estado, e uma bibliografia.



I. Os princípios liberais

A obra começa expondo os princípios que animam o liberalismo: sua origem, suas aplicações na ordem natural e sobrenatural; a verdadeira noção de liberdade e as novas liberdades.

As origens do liberalismo

As origens do liberalismo estão no naturalismo do Renascimento: *“Exaltando a bondade e o poder da natureza, menosprezava-se e desaparecia do pensamento dos homens a necessidade da graça, a destinação da humanidade para a ordem sobrenatural, a luz trazida pela Revelação”; depois, no naturalismo do protestantismo: “na intenção de menosprezar a natureza e de exaltar o poder “só da fé”, relegam a graça divina e a ordem sobrenatural ao domínio das abstrações.”*

Esse naturalismo se aplica à ordem social: *“A graça (entre os protestantes) sendo reduzida a um sentimento de fé-confiança, a Redenção será somente uma religiosidade individual e particular, sem influência na vida pública. A ordem pública, econômica e política fica condenada a viver e se desenvolver sem Nosso Senhor Jesus Cristo”. “E se um certo puritanismo chega a exercer uma vigilância exterior sobre a moralidade pública, não impregnará os corações do espírito verdadeiramente cristão, que é um espírito sobrenatural, onde reina a primazia do espiritual. O protestantismo, necessariamente, será conduzido a proclamar a emancipação do temporal em relação ao espiritual. Ora, é justamente essa emancipação que vai reencontrar-se no liberalismo” (cap. 1).*

Um fanático por independência

O capítulo 2 recomenda um livro importante: Liberalismo e catolicismo, do padre Roussel. Esse último define assim o liberal: *“O liberal é um fanático pela independência em todo domínio, beirando às raias do absurdo.”* Inicialmente, o autor o estuda na ordem natural, depois na ordem sobrenatural.

Na ordem natural

Na ordem natural, a inteligência é dependente em relação ao real: *“Não é a inteligência que cria as coisas, são as coisas que se impõem à inteligência tais como são. Consequentemente, a verdade do que se afirma depende do que é, é algo objetivo.”*

Todavia, o liberal quer a independência da inteligência em relação ao real: *“Ao contrário, no subjetivismo, é a razão que constrói a verdade: deparamos com a submissão do objeto ao sujeito! O sujeito se torna o centro de todas as coisas. As coisas não são mais o que são, mas o que penso.”*

Daí resulta a segunda nota do liberalismo: a evolução. É por isso que *“ao rejeitar a submissão ao real, o liberal é levado a rejeitar as essenciais imutáveis das coisas. Para ele, não há natureza das coisas, não há natureza humana estável, regida por leis definitivas estabelecidas pelo Criador. O homem de ontem não é o homem de hoje.”*



Em seguida advém as diversas independências: da vontade em relação à inteligência e do bem proposto por este (arbitrário); da consciência em relação à regra objetiva, à lei; das potências anárquicas do sentimento em relação à razão (romantismo); do corpo diante da alma, da animalidade diante da razão (luxúria); do presente em relação ao passado, de onde o desprezo pela Tradição, o amor mórbido pelo novo; do indivíduo diante de toda a sociedade e de toda autoridade (o individualismo): o indivíduo está sozinho e indefeso.

“O liberalismo conduz, por sua inclinação natural, ao totalitarismo e à revolução comunista. Pode-se dizer que ele é a alma de todas as revoluções modernas, e simplesmente a alma da revolução.”

Da ordem sobrenatural

O capítulo 3 estuda a independência na ordem sobrenatural. A independência da razão e da ciência em relação à fé (racionalismo). A independência do homem, da família, da profissão, sobretudo do Estado, em relação a Deus, a Jesus Cristo, à Igreja (naturalismo, laicismo, indiferentismo); da apostasia oficial dos povos que rejeitam a Realeza social de Jesus Cristo, desprezando a autoridade divina da Igreja.

“O liberalismo é a revolução em todos os domínios, a revolução radical.” De acordo com Dom Gaume, a revolução se autodefine assim: “Sou o ódio por toda ordem que o homem não estabeleceu e na qual ele não é rei e Deus ao mesmo tempo.”

Definição da liberdade

O capítulo 4 define a noção de liberdade. A lei, longe de se opor à liberdade, a salvaguarda. Os capítulos 5 e 6 mostram que “o princípio do liberalismo é absurdo, antinatural e quimérico” (cardeal Billot). As coações, ao contrário, não são um mal em si: “Não considere que é coagido, mas ao que é coagido, se é ao bem ou ao mal” (Santo Agostinho). E as desigualdades são benéficas. O capítulo 7 recorda a condenação da ideologia democrática pelos papas: Jesus Cristo deve reinar.

O capítulo 8 expõe como o laicismo tem sua origem nos princípios liberais: “*Todos os homens (...) são iguais em sua ação vital, sendo cada qual dono de si mesmo, que de modo algum está submetido à autoridade de outro*” (Leão XIII, *Immortale Dei*). Segue daí que a reunião dos homens em sociedade é o resultado de um contrato e não da natureza criada por Deus: a sociedade e, portanto, o Estado não têm de se submeter a Deus, autor da natureza, mas aos homens, autores do contrato social. O Estado não tem nenhuma obrigação com a verdadeira religião, e deve até submetê-la. E, como última consequência, é preciso destruir os Estados ainda católicos.

As novas liberdades

Posteriormente vêm o exame das novas liberdades, de acordo com a exposição de *De Libertas*, de Leão XIII.

Inicialmente, a liberdade de consciência e dos cultos, no capítulo 9. Os indivíduos deveriam gozar “*da liberdade tão contrária à virtude de religião (subentendido católica, que é a única verdadeira), a liberdade dos cultos, como chamam, a liberdade que tem seu fundamento em considerar permitido a cada um professar a religião que mais lhe agrada, ou não professar nenhuma*” (Leão XIII). “*Considerada do ponto de vista social, esta mesma liberdade pretende que o Estado não tribute nenhum culto público a Deus, ou não autorize nenhum culto público, que nenhuma religião seja preferida à outra, e que todas tenham os mesmos direitos.*”



Essas duas liberdades são contrárias ao princípio de dependência tanto dos indivíduos quanto dos Estados em relação ao verdadeiro Deus, princípio e fim último de todas as coisas. *“Além disso, escreve o papa ao imperador do Brasil, semelhante liberdade põe num mesmo plano a verdade e o erro, a fé e a heresia, a Igreja de Jesus Cristo e qualquer outra instituição humana”*. Ela culmina no *“ateísmo de Estado”*.

A liberdade religiosa

O capítulo 10 coloca a liberdade religiosa sob o fogo convergente das condenações dos papas do século XX. A raiz deste erro é o princípio *“que pretende que a razão humana é o único árbitro do bem e do mal (racionalismo); que compete a cada um decidir se deve adorar ou não (indiferentismo); enfim, que o Estado é a origem de todo direito (monismo estatal).”*

Essa liberdade *“é absurda (mesmos direitos para a verdade e o erro), ímpia (igualdade entre a verdadeira e única religião e as falsas) e conduz os povos à indiferença religiosa.”*

A liberdade de imprensa

A segunda liberdade condenada (capítulo 11) é a liberdade de imprensa, que é fustigada pelo papa Leão XIII: *“Funesta e execrável, verdadeira opressão das massas.”*

E ainda: *“as doutrinas falsas, peste mortal para as inteligências, os vícios que corrompem os corações e os costumes, é justo que a autoridade pública os reprima com diligência.”*

A liberdade de ensino

A terceira das novas liberdades condenadas pelos papas é a liberdade de ensino (capítulo 12). Ela o é pelo mesmo motivo que a precedente. Aqui, uma armadilha ameaça os católicos. Consiste em dizer ao Estado: *“Nós te pedimos apenas a liberdade”*. Em outras palavras: *“A escola livre no Estado livre!”*.

Contra o Direito Público da Igreja

Logo a seguir, trata-se de determinar o status da Igreja em relação à sociedade civil. É objeto de uma ciência eclesial especial: o Direito público da Igreja. O liberalismo se opõe a esse direito, o aniquila, pois *“é contrário à fé, sobre a qual se fundamenta todo o direito público”* (cap. 13).

No capítulo 14, Dom Lefebvre recorda essas palavras do núncio de Berna, em março de 1976: *Quas Primas*, *“hoje em dia o papa não a escreveria mais!”*. O núncio prossegue: *“Vejas, a Realeza social de Nosso Senhor é algo muito difícil atualmente...”* Pelo contrário, Jesus Cristo, pela Igreja católica, deve reinar sobre os Estados: nenhum Estado deve existir separado da Igreja. A separação da Igreja e do Estado foi condenada pelo papa São Pio X, em 1906.

II. A grande traição

Imediatamente, Dom Lefebvre mostra como o *“liberalismo católico”* é uma traição, uma incoerência e uma doença, e como acabou triunfando na Igreja.



O “liberalismo católico”

O capítulo 15 condena a traição dos católicos liberais e sua incoerência. Eles traem, pois, *“à doutrina católica do Reinado social de Nosso Senhor Jesus e da união entre a Igreja e o Estado, os liberais ditos católicos sustentam que ela é, sem dúvida, verdadeira, mas inaplicável mesmo nos países católicos. Para eles, por um lado, na teoria, “pode-se aceitar a tese proposta pelos papas e os teólogos.”*

Contudo, *“na prática, é preciso ceder às circunstâncias e aderir resolutamente à hipótese: promover o pluralismo religioso e a liberdade dos cultos.”*

Não se trata da prudência que aplica os princípios levando em conta certas circunstâncias.

Entretanto, para os católicos liberais, *“na prática, os princípios, que são, por definição, regras de ação, não devem ser aplicados nem propostos porque são inaplicáveis.”*

E Dom Lefebvre se insurge: *“É evidentemente falso: por acaso deve-se renunciar a pregar e a aplicar os mandamentos de Deus (...) porque ninguém quer mais saber deles?”*

Uma incoerência

Essas pessoas são absolutamente incoerentes, *“pois católico supõe sujeição à ordem das coisas humana e divina, enquanto liberal significa precisamente emancipação desta ordem, revolta contra Nosso Senhor Jesus Cristo.”*

É por isso que *“há no catolicismo liberal (utilizo esse termo com repugnância, pois é blasfemo) uma traição dos princípios escamoteada, uma apostasia prática da fé no Reinado social de Nosso Senhor Jesus Cristo. Pode-se dizer com certeza: o liberalismo é um pecado”* (cf. Dom Félix Sarda y Salvany, ao falar do “liberalismo católico”).

Uma doença

No capítulo 16, descobrimos que o liberal é um doente espiritual: *“O espírito simplesmente não consegue descansar na verdade.”* Ele oscila regularmente *“entre a Tradição e a novidade”*, assim como o papa Paulo VI. É *“uma falta de integridade de espírito”*: *“Não têm confiança suficiente na verdade; eles querem justificar em demasia, demonstrar em demasia, adaptar ou mesmo escusar em demasia”* (R.P. Clérissac).

Adaptar-se: eles estabelecem esse princípio de que a Igreja não pode ser entendida no ambiente onde deve cumprir sua missão divina sem se harmonizar com ele. Em outras palavras: que o sacerdote se faça operário com os operários, mas sem se mostrar como padre! Que o militante católico viva como os marxistas para converter os marxistas, mas sem nunca falar de Jesus Cristo!

Para eles, os princípios de 1789 (liberdade, igualdade, fraternidade, democracia), uma vez purificados, são assimiláveis pela Igreja. É o erro - a proposição nº 80 - que Pio IX condena no Syllabus (1864): *“O pontífice romano pode e deve se reconciliar e transigir com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”* (Dz 1780).



O católico liberal diz: *“Não se pode ir sempre contra as ideias de seu tempo, remar continuamente contra a maré, parecer retrógrado ou reacionário.”* É por isso que ele não quer mais lutar. Ele quer conciliar os inconciliáveis, reconciliar a Igreja e a Revolução. Ele confunde suportar e aprovar. Sua doença é uma falta de espírito de fé, que é um espírito de totalidade: tudo submeter a Jesus Cristo; reivindicar para a Igreja a totalidade de seus direitos.

Por exemplo, *“os católicos liberais”* de 1984, para defender a escola livre, cantaram: *“Liberdade, liberdade, és a única liberdade!”*

Os papas não gostam destas pessoas. O capítulo 17 oferece algumas declarações do papa Pio IX. Entre outras: *“seguramente são mais perigosos e funestos que inimigos declarados.”*

Ao assalto da Igreja

Os capítulos seguintes mostram como os *“católicos liberais”* planejam o assalto da Igreja, inicialmente com o mito do progresso da humanidade e da liberdade: no século XIX e no início do século XX, Lamennais e Sangnier (cap. 18); depois com a miragem da liberdade e do pluralismo: de Maritain a Congar (cap. 19).

Ademais, são animados por um falso sentido da História, explica ele no capítulo 20: *“A humanidade é empurrada por um sopro imanente, para uma consciência crescente da dignidade da pessoa humana, para uma liberdade cada vez mais livre de toda coação.”*

A realidade é diferente, pois Jesus Cristo está no centro da História: *“Não há sentido (imanente) da História, há um fim da História, um fim transcendente, é a “recapitulação de todas as coisas em Cristo”, é a submissão de toda a ordem temporal à sua obra redentora, é o domínio da Igreja militante sobre a cidade temporal, que prepara o reinado eterno da Igreja triunfante do Céu.”*

III. O complô liberal de Satanás contra a Igreja e o papado

Em três capítulos (21 a 23), Dom Lefebvre denuncia o complô tramado contra a Igreja.

A maçonaria

O mal não vêm somente dos católicos ditos liberais, mas também da maçonaria, que quer arruinar a Igreja por dentro. *“A penetração do liberalismo em toda a hierarquia e até no próprio papado, impensável há dois séculos, foi, não obstante, pensada, premedita e organizada desde o início do último século (XIX) pela maçonaria. Bastará reproduzir os documentos que provam a existência dessa intriga contra a Igreja, desse atentado supremo contra o papado.”*

A ambição dos Carbonários (maçons italianos) é o *“triunfo da ideia revolucionária por um papa”* (cf. 213).

A seita modernista

Por sua vez, a seita modernista ataca a Igreja de dentro. Dom Lefebvre cita o papa São Pio X: os modernistas, colocando-se como renovadores da Igreja, *“se escondem (...) mesmo no seio e no próprio coração da Igreja, inimigos tanto mais prejudiciais quanto menos declarados.”*



IV. Uma revolução com tiara e pluvial: o Vaticano II!

É assim que as ideias liberais triunfaram no Concílio vaticano II. Nove capítulos (24 a 32) tratam da revolução operada pelo Concílio.

Uma pilhagem organizada

Antes de tudo, é uma pilhagem (c. 24) ou apropriação premeditada das rédeas do Concílio pelos inovadores: a manipulação sobre as comissões conciliares; a pressão eficaz sobre os bispos por um poderoso instituto de documentação; diversas astúcias dos inovadores, etc..

Uma falsa “pastoralidade”

Considerando que o Concílio se quis pastoral e não dogmático, equívocos e orientações heterodoxas invadiram os textos conciliares (cap. 25).

Eis alguns: sacerdócio comum dos fiéis; exaltação da consciência acima da lei; definição liberal da liberdade; ausência de coação; confusão nas definições; tendência ao indiferentismo religioso; tendência ao naturalismo.

O espírito do Concílio

O capítulo 26 mostra o espírito do Concílio: *“O espírito católico-liberal não tem suficiente confiança na verdade. O espírito conciliar, por sua vez, perde a esperança de conseguir chegar à verdade; sem dúvida, a verdade existe, mas ela passa a ser objeto de uma procura sem fim.”* Daí o respeito por todas as religiões e o diálogo com elas, pois também buscam a verdade e carregam uma parte de salvação.

A Liberdade religiosa

Os capítulos 27 e 28 tratam mais extensamente da liberdade religiosa. *“Os Papas do século XIX condenaram, sob o nome de liberdade de consciência e de cultos, uma liberdade religiosa que parece irmã daquela do Vaticano II.”*

O paralelo entre as proposições condenadas pelo papa Pio XI em *Quanta Cura* e o texto sobre a liberdade religiosa do Vaticano II, *Dignitatis humanae*, é tão impressionante, que se deve concluir pela contradição das doutrinas (cap. 27).

Em seguida, são estudados os diversos argumentos em favor desta falsa liberdade e sua refutação: os direitos da consciência, a dignidade da pessoa humana, o direito universal à tolerância, o direito natural à imunidade, a orientação natural de todo homem rumo a Deus, a benevolência, a liberdade do ato de fé.

Dom Lefebvre escreve: *“Gosto de repetir: só a verdade tem direitos, o erro não tem nenhum direito, é o ensinamento da Igreja.”* Além do mais, essa liberdade (religiosa do Concílio) contradiz *“os princípios católicos que regem as relações da cidade temporal com a religião.”*

Depois, ele se pergunta: *“Todos esses Padres conciliares que deram sua aprovação à Dignitatis humanae (documento sobre a liberdade religiosa) perceberam que, de fato, tiraram o cetro de Nosso Senhor Jesus Cristo, arrancando-Lhe a coroa de sua Realeza social? Deram-se conta de que, concretamente, destronaram Nosso Senhor Jesus Cristo do Trono de sua Divindade?”* (cap. 28).



Uma conversão ao mundo

O liberalismo, que penetrou no Concílio, foi muito mais adiante que a apostasia dos princípios que caracteriza o espírito liberal: *“chegou à traição, assinando a paz com os inimigos da Igreja. Quiseram fazer um concílio pacifista.”*

Esse capítulo 29 oferece três exemplos de pacto com inimigos da Igreja: os maçons, os protestantes e os comunistas.

Dom Lefebvre conclui: *“Não hesito em afirmar que o Concílio levou a cabo a conversão da Igreja ao mundo. Deixo-vos adivinhar quem foi o animador desta espiritualidade...”*

Uma vitória?

Dom Lefebvre escreve: *“Os católicos liberais proclamam que o Vaticano II foi a sua vitória”*. No capítulo 30, diversos autores são citados para apoiar essa afirmação.

Na prática

Considerando que os papas João XXIII e Paulo VI não quiseram fazer uso de sua infalibilidade, *“puderam cometer erros doutrinários e com maior razão ainda, deixar penetrar o inimigo na Igreja, graças à sua negligência e cumplicidade.”*

A consequência: *“não podemos seguir os atos destes papas feitos com a finalidade de confirmar uma ação que vai contra a tradição. Seria colaborar com a autodemolição da Igreja, com a destruição de nossa fé!”* (cap. 31).

Dom Lefebvre conclui seu pensamento: *“Em outras palavras, Acuso o Concílio me parece a resposta necessária ao Desculpo o Concílio do cardeal Ratzinger! Deixe-me explicar: sustento, e vou prová-lo, que a crise da Igreja se reduz essencialmente às reformas pós-conciliares que emanam das autoridades oficiais mais importantes da Igreja e nas aplicações das doutrinas e diretivas do Vaticano II”* (cap. 32).

Conclusão: os remédios

Os dois últimos capítulos (caps. 33 e 34) oferecem os remédios: é preciso *“aplicar os remédios que os papas propuseram contra os erros modernos: a filosofia tomista, a sã teologia e o Direito que resulta de ambas”* (cf. 205 e 212).

Em seguida, é necessário combater: *“Não me resignarei; não me contentarei em assistir de braços cruzados à agonia de minha Mãe, a Santa Igreja.”*

E *“a Santíssima Virgem sairá vitoriosa. Ela triunfará sobre a grande apostasia, fruto do liberalismo. Uma razão para não ficarmos de braços cruzados! Devemos lutar mais do que nunca pelo Reino Social de Nosso Senhor Jesus Cristo.”*

Enfim, *“é preciso resistir. É preciso edificar, enquanto os outros demolem. É preciso reconstruir as cidadelas destruídas, reconstruir os baluartes da fé: primeiro o santo Sacrifício da Missa de sempre, que forjou os santos. Depois, nossas capelas, que são nossas verdadeiras paróquias, mosteiros, as famílias numerosas, os empreendimentos fiéis à doutrina social da Igreja, nossos homens políticos decididos a fazer a política de Jesus Cristo. Devemos restaurar um conjunto de costumes, vida social e reflexos cristãos.”*